

SUS: patrimônio brasileiro



Caravana discute situação da Saúde no país e defende SUS como Patrimônio da Humanidade

Com mais de 20 anos de existência, o Sistema Único de Saúde (SUS) representa uma grande conquista para os brasileiros, com normas e medidas para melhoria da saúde e da qualidade de vida. No entanto, a política pública que se pretende

reconhecer como Patrimônio Social, Cultural, e Imaterial da Humanidade pela (Unesco), também enfrenta imensos desafios no financiamento, na gestão dos serviços e nas relações de trabalho, que podem comprometer todo o Sistema. *(Continua na pag. 4)*

Eleições do Sindifarma

Veja edital de convocação

Pag. 2

Ação Social

Sindifarma renova parceria com a Rádio Sociedade e retoma o projeto Sociedade nos Bairros a partir de março

Pag. 3

Laboratórios Públicos

Profissionais da saúde discutem problema das terceirizações e encaminham documento à Sesab

Pag. 6

Amigos,

Saimos de mais um ano de lutas e embates. O Sindifarma levantou bandeiras, travou lutas e participou de atividades importantes e decisivas para a categoria farmacêutica.

Foi um ano em que, mais uma vez, não conseguimos fechar acordo coletivo com o Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Estado da Bahia (Sincofarba). Mas conseguimos discutir com todos os outros sindicatos patronais, além de iniciar negociações com as grandes redes.

Ratificamos, em acordo coletivo com os sindicatos de hospitais, o adicional de insalubridade de 20% sobre o salário base, algo exclusivo entre os trabalhadores em saúde. Garantimos aos farmacêuticos assalariados a reposição das perdas e o reajuste possível.

Avançamos em muitas discussões em nível nacional, participando de debates e contribuindo para a construção de idéias. A RDC n.º 44, que estabelece os critérios e condições mínimas para o cumprimento das Boas Práticas Farmacêuticas, é um marco para a harmonização da legislação. Aguardamos, mas não de braços cruzados, a votação dos projetos de Lei Ivan Valente: Farmácia Estabelecimento de Saúde e da redução da jornada de trabalho para as 30 horas.

Participamos ativamente de vários eventos da saúde, como a Caravana em Defesa do SUS, e de trabalhadores, como a Convenção Nacional da CTB. Sediamos o Congresso da Fenafar e iniciamos a parceria com a Rádio Sociedade em suas ações comunitárias.

No estado, encampamos a discussão com a secretaria de saúde sobre a inadmissível terceirização dos laboratórios hospitalares. E, apesar de excluídos do processo de construção da assistência farmacêutica, aplaudimos os acertos, como a contratação de farmacêuticos "como nunca antes" neste estado da Bahia.

Esse é, em resumo, o panorama de 2009. Agora, cabe a todos nós a reflexão, o planejamento e a ação que pretendemos para o ano que começou. Precisamos de discussão e debate para atuarmos em defesa do trabalho e da saúde, em especial, de uma assistência farmacêutica de qualidade que atenda aos interesses da população.

Condescendência Judicial

Entendemos que há uma complacência do judiciário para com as negativas dos sindicatos patronais em comparecer as negociações trabalhistas da classe farmacêutica. As ausências dos patronais nas negociações coletivas de trabalho são contínuas desde 2006, sejam elas na Superintendência Regional do Trabalho ou Procuradoria do Trabalho, e suas penalidades limitam-se apenas à perda de credibilidade do judiciário e do patronal.

Segundo o enunciado da lei, C.F/88 em seu art. 114 da EC 45, parágrafos 1 e 2, este conflito não será resolvido, uma vez que este artigo limita a liberdade do Sindicato Profissional de ajuizar dissídio. O judiciário precisa debruçar-se sobre a questão. A lei diz que o dissídio coletivo teve ocorrer com a anuência das duas partes. Mas se o patronal não quer o arbítrio da justiça, nada ocorre. Será que a justiça não tem mecanismos para socorrer os trabalhadores? Onde está o respeito e o reconhecimento do valor do trabalho?

Os proprietários de estabelecimentos farmacêuticos desrespeitam sistematicamente os farmacêuticos, o que é esperado, já que não mostram nenhum compromisso com a saúde pública. Porém, do judiciário, esperamos que este faça uma análise social da questão. A lucratividade do estabelecimento comercial vem também da atividade desenvolvida pelo trabalhador. É justo que estes trabalhadores tenham suas reivindicações ouvidas e sua remuneração ajustada.

A justiça, na personificação do juiz, deve considerar que uma das partes não quer negociar, o que torna a lei punitiva aos trabalhadores. Os covardes se escondem atrás da lei. Clamamos pelo reconhecimento de que, neste caso, não há acordo e que os tribunais baianos ajam conforme a jurisprudência. A justiça dos estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo, ajuizaram o dissídio.

Eleições do Sindifarma

As Eleições do Sindifarma acontecem nos dias 9 e 10 de março de 2010, na sede do Sindicato, em Salvador. Confira ao lado o edital de convocação, publicado no jornal Correio de 22 de dezembro de 2009.



Salvador, terça-feira, 22 de dezembro de 2009

CORREIO

Esporte | 39

SINDICATO DOS FARMACÊUTICOS DO ESTADO DA BAHIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AS ELEIÇÕES DO SINDIFARMA

Pelo presente Edital, e de acordo com o Estatuto da Entidade, faço saber que nos dias 09 e 10 de março de 2010, no horário das 9 as 17h., na sede do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Bahia, situada na Av. Sete de Setembro, 88, Edf. Barão do Rio Branco, 602- Relógio de São Pedro, Salvador-Bahia, serão realizadas às eleições para a Diretoria, Conselho Fiscal, Suplentes e Delegados representantes deste Sindicato, ficando aberto o prazo de 30 dias para o registro das chapas, com início após a data da publicação deste Edital. O registro das chapas deverá ser realizado das 9h as 12h., e das 14 às 17h., na sede do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Bahia.

Salvador, 21 de dezembro de 2009.

Eliane Araújo Simões
Presidente

Sindifarma e Sociedade nos Bairros

Parceria renovada para projeto social em 2010

O Sindifarma renova a sua parceria com a Rádio Sociedade e confirma a sua presença nas ações sociais promovidas em bairros populares de Salvador. No ano que passou, o Sindicato levou às comunidades visitadas orientações sobre saúde e uso racional de medicamentos, além de serviços com medição de parâmetros fisiológicos e bioquímicos. Para 2010, a intenção é ampliar o alcance das atividades e transformar o trabalho realizado nos eventos em algo permanente.

“Em nossas visitas aos bairros, temos percebido que grande parcela da população está desassistida. Quando promovemos os atendimentos durante as ações, também compilamos dados que demonstram isso”, explica a presidente do Sindifarma Eliane Simões. “Queremos ajudar essas comunidades a conseguir melhorias para a sua atenção básica junto às autoridades”, diz.

O Projeto Sociedade nos Bairros, que antes acontecia às sextas-feiras, neste ano passa a ser realizado aos sábados e será retomado no mês de março. A Rádio conta com o apoio do Sindifarma e outras 55 instituições, que levam serviços diversificados, incluindo cortes de cabelo, documentação, orientação jurídica e atendimentos médicos e odontológicos.

No ano que passou, o Sindifarma, com a colaboração de estudantes da FTC e de profissionais e estagiários da Farmácia Popular, esteve nos bairros:



Nordeste de Amaralina...



...Pirajá...



...São Caetano...



...e Mussurunga.

Participe com o Sindifarma desta ação social. Para ser voluntário, entre em contato pelo telefone (71) 3266-0464 ou mande e-mail para: sindifarma@sindifarma.org.br.

Estabilidade gestante e licença maternidade

*por Cláudio Andrade**

A trabalhadora gestante tem dois importantes direitos assegurados: a estabilidade gestante e a licença maternidade. A estabilidade no emprego tem início com a confirmação da gravidez e dura até cinco meses após o parto. Durante o período de estabilidade, a gestante não pode ser despedida sem justa causa. Se o empregador dispensar a trabalhadora sem comprovada justa causa, estará sujeito ao pagamento dos salários e todos os benefícios correspondentes ao período da estabilidade.

Algumas empresas, ao despedir empregadas grávidas, argumentam que o fizeram sem ter conhecimento do seu estado. Contudo, a Justiça entende que, para proteger a criança, que não tem voz, sendo comprovada a gravidez no período da demissão, a empregada tem direito à estabilidade, devendo ser reintegrada ou indenizada pelo tempo garantido, ainda que empregador desconheça o es-

tado gravídico da trabalhadora no momento da demissão.

A estabilidade gestante não se aplica aos contratos por prazo determinado, a exemplo do contrato de experiência. Importante lembrar que os contratos por prazo determinado somente são válidos se celebrados por escrito e de forma expressa.

Para cuidar do recém-nascido, é garantido à mãe o direito de se ausentar do trabalho por 120 dias (licença maternidade). Durante o período da licença maternidade, a trabalhadora recebe o benefício previdenciário chamado de salário-maternidade.

A Lei nº 11.770, de 09/09/2008, permite que o prazo da licença maternidade possa ser ampliado para até 180 (cento e oitenta) dias, desde que a empresa opte por esta ampliação em troca de benefício fiscal. Trata-se de uma faculdade conferida ao empregador e não de uma obrigação. No serviço público, a

ampliação do prazo depende de Lei específica no âmbito de cada ente da Administração (União, Estado e Município).

No estado da Bahia, as servidoras públicas dos municipais de Salvador e Santo Antônio de Jesus já têm direito ao período de 180 dias de licença, pois há Lei, em cada um desses municípios, que assegura a ampliação do prazo. Quanto às servidoras públicas estaduais, tramita na Assembléia Legislativa do Estado da Bahia projeto de lei para aumentar o prazo da licença maternidade. Confiamos em que o projeto seja logo aprovado, para garantir mais uma vitória às servidoras públicas da Bahia.

**Advogado, assessor jurídico do Sindifarma*



Caravana em Defesa do SUS percorre o Brasil

Caravana encerra jornada em Brasília e apresenta carta de propostas

Após 20 anos, o Sistema Único de Saúde (SUS) vive um momento crítico. Por um lado, o Sistema representa uma grande conquista para melhoria da saúde e da qualidade de vida dos brasileiros, tanto que se propõe torná-lo Patrimônio da Humanidade da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (Unesco). Na outra ponta, o SUS se depara com graves problemas na sua estrutura, nas formas de gestão dos recursos e dos serviços, além da profunda precarização das relações de trabalho da área. Entre os meses de março e dezembro de 2009, o Conselho Nacional de Saúde (CSN) promoveu a Caravana em Defesa do SUS, que percorreu 23 estados brasileiros e teve encerramento em Brasília, no dia 8 do mês passado, reunindo mais de mil conselheiros, gestores, políticos, sindicalistas e usuários do Sistema Único de Saúde.

Com o tema “Todos em Defesa do SUS”, a Caravana, liderada pelo CNS, teve a parceria do Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP), dos Conselhos Estaduais de Saúde, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e dos Movimentos Sociais, além de contar com o apoio dos governos estaduais em cada uma das etapas. Ao longo dos meses em que



O Centro de Convenções, em Salvador, abrigou a 18ª etapa da Caravana em Defesa do SUS

percorreu o Brasil, a Caravana promoveu debates em torno de assuntos como o SUS como Patrimônio Social Cultural Imaterial da Humanidade, Gestão do Trabalho, Modelo de Atenção, Financiamento, Controle Social, Intersetorialidade e Complexo Produtivo da Saúde no SUS.

Na plenária de encerramento, o presidente do CNS, Francisco Batista Júnior, apresentou o documento final da Caravana Nacional, com sete propostas, que foi entregue, ainda no mesmo dia, ao Vice-Presidente da República José de Alencar. As propostas do documento incluem a regulamentação da Emenda Constitucional n.º 29/2000 (que dispõe sobre

gastos de saúde e aplicação de recursos), a criação da Carreira Única de Saúde, o Serviço Civil em Saúde, a autonomia administrativa e financeira dos serviços, a profissionalização da administração e gestão do SUS, a flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Responsabilidade Sanitária.

O SUS foi instituído na Constituição Federal de 1988 que definiu, em seu artigo 196, que a saúde é direito de todos e dever do Estado. O Sistema foi criado de acordo com as diretrizes de descentralização das ações de saúde, atendimento integral e participação popular, respeitando os princípios de universalidade, integralidade e igualdade.

Bahia recebe a 18ª etapa da Caravana em Defesa do SUS

A 18ª etapa da Caravana em Defesa do SUS reuniu diversos representantes dos municípios do estado da Bahia, profissionais da saúde e usuários do serviço, no Centro de Convenções, no dia 4 de novembro passado. Na composição da mesa de abertura estiveram o Presidente do CNS, Francisco Batista Júnior, com o Secretário de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde, Antônio Alves de Souza, com o Secretário Estadual da Saúde, Jorge Solla, com o Secre-



O carro de Daniel Ramos (acima) é conhecido no Subúrbio Ferroviário como “Monza-ambulância”. Com a carência de atendimento nas proximidades, ele é quem socorre os doentes, seguindo em seu carro em busca de assistência. Os problemas da localidade foram denunciados em reportagem do jornal A Tarde de 21/10/09, que Daniel mostra às diretoras do Sindifarma Eliane Simões e Ligia Barbosa.

tário da Saúde de Salvador, José Carlos Brito, a Promotora do Ministério Público Estadual, Itana Viana, a representante do Conasems, Suzana Ribeiro, o representante do Movimento Popular de Saúde (Mops), Silvio Leal, o Presidente do Sindicato dos Médicos, José Caires, o Presidente do Sindsaúde, Silvio Roberto dos Anjos e com as Vereadoras Aladilce Souza e Vânia Galvão.

Após as apresentações dos painéis sobre os Avanços e Desafios do SUS e do reconhecimento do SUS como Patrimônio Social Cultural Imaterial da Humanidade, a programação da Caravana em Defesa do SUS abriu espaço para o debate sobre os avanços e desafios do Sistema Único de Saúde no Estado da Bahia. Na ocasião, usuários do SUS também fizeram denúncias sobre o mau funcionamento dos

serviços públicos, fazendo um apelo para que sejam implantadas melhorias. Ao longo do dia, compuseram as mesas, ainda, a Conselheira Nacional Lucimar Batista da Costa, Déborah Dourado Lopes, Conselheira Estadual da Bahia, Renata Costa, assessora técnica do Coasems e José Barberino, do Conselho Municipal de Saúde de Salvador.

Com informações da Assessoria de Comunicação do CNS

Na passagem da Caravana pela Bahia, o Presidente do Conselho Nacional de Saúde, o farmacêutico Francisco Batista Júnior, conversou com o Notifarma. Ele falou sobre a realização da Caravana, os problemas das privatizações e a precarização das relações de trabalho na saúde.

Francisco Júnior



entrevista

Noti - A Caravana trouxe aos estados debates envolvendo gestão, financiamento e trabalho na saúde bem como a defesa do SUS como Patrimônio Social Cultural Imaterial da Humanidade. O que se espera dessa mobilização?

F. Júnior - A Caravana em Defesa do SUS é, na verdade, um pedido de socorro. O SUS de fato trouxe melhorias para a qualidade de vida para os brasileiros. No entanto, esta conquista está ameaçada; os equívocos a estão pondo em cheque. Precisamos mostrar à população o quadro atual e as perspectivas para o SUS, buscando o apoio para resgatá-lo e consolidá-lo.

Noti - Em sua palestra, o senhor apontou as privatizações e terceirizações na saúde como um grande problema e que os serviços podem, inclusive, ser mais onerosos que na gestão pública. Como se caminhou nesta direção, já que não é vantajosa?

F. Júnior - A contratação de serviços pri-

vados, por convênios e contratos, são justificáveis de forma complementar, para atender naquilo que excepcionalmente o Estado não pode naquele momento. Não é o caso de se ter 95% dos serviços especializados, como acontece. Isso é consequência da cultura do Brasil de atuar na lógica do lucro. Desde a década de 1980, gradativamente, a rede pública foi sendo desmontada por interesses de grupos econômicos e políticos. Por trás desses contratos, o direito dos serviços para os usuários é violado, pois ficam limitados à capacidade implantada e à lucratividade. O SUS aponta para o caminho inverso; a saúde é uma obrigação diretamente do Estado.

Noti - O senhor também citou a precarização do trabalho como um dos 'equivocos' que prejudicam o serviço público de saúde. Como o senhor avalia a situação dos trabalhadores?

F. Júnior - As privatizações e terceirizações dos serviços de saúde, e também a municipalização, tirou responsabilidades do Estado, que passou a lavar as mãos. Junto com as privatizações dos serviços houve também a terceirização da mão-de-obra. Com tudo isso

vem a manipulação política dos cargos e empregos, assédio moral, redução dos salários... demitir para pagar mais barato. Houve precarização nas várias formas das relações e nas remunerações. Nenhum trabalhador foi mais precarizado do que o trabalhador da saúde. A situação precisa ser ajustada com a realização de concursos. Houve alguma melhora nesse sentido, mas ainda pequena. ■

**“ Nenhum
trabalhador foi
mais precarizado
do que o da
saúde ”**

Terceirização dos laboratórios na Saúde do estado

Seminário traz discussão para os profissionais da área, mas Sesab não comparece ao compromisso

A questão da terceirização dos laboratórios na rede estadual foi o tema central do seminário “O Laboratório de Análises Clínicas, sua gestão e importância para a rede pública de saúde”, realizado no dia 23 de outubro, no Hotel Portobello, em Salvador. O encontro, que foi promovido pelo Sindifarma, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado da Bahia (Sindsaúde), contou também com representantes dos trabalhadores de outras áreas da saúde. A diversidade de profissionais ampliou o debate para toda a rede de serviços e reforçou as implicações que as terceirizações dos laboratórios, assim como da própria gestão das unidades, trazem para o atendimento da população. Lamentável, no entanto, foi a ausência da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab) que, mesmo após firmar o compromisso, não enviou representante ao evento.

O Seminário aconteceu como resultado de audiência ocorrida no mês de julho, quando o secretário Jorge Sola recebeu o Sindifarma, o Conselho Regional de Farmácia (CRF) e o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado da Bahia (Sindsaúde). Nesta reunião, ficou acordada a realização do evento para a discussão desse tema diretamente com os profissionais da área. Apesar da omissão da Sesab, o debate foi extenso e contou com a participação do Sindicato dos Médicos (Sindmed) e de profissionais técnicos de laboratório, que atualmente estão se organizando para formar um sindicato próprio. Estiverem presentes também a deputada

federal Alice Portugal (PCdoB-BA) e a vereadora de Salvador Aladilce Souza (PCdoB-BA), que desde a primeira reunião têm dado apoio ao movimento iniciado pelo Sindifarma.

A Sesab tem o projeto de terceirizar laboratórios de análises clínicas da rede estadual. Alguns laboratórios, como o do Hospital Regional de Guanambi, já estão em mão da iniciativa privada e outras unidades estão com

do tratamento. “A atividade dos laboratórios subsidia o serviço dos médicos”, diz o presidente do Sindmed José Caires Meira, explicando a interdependência entre as áreas nas unidades. “Todos os profissionais têm sentido dificuldades no serviço público. Precisamos de mais recursos e condições, e não terceirizações ou PPPs”.

Desdobramentos: movimento contra terceirizações dos laboratórios é ampliado para outras áreas do serviço público

Após a realização do Seminário, uma comissão formada por representantes do Sindifarma, do Sindsaúde e por técnicos de laboratórios elaborou um dossiê, contendo informações sobre o que foi debatido na reunião, o diagnóstico das unidades e as propostas dos trabalhadores. O documento foi entregue à Sesab em 25 de novembro. Até o momento, não houve nenhum pronunciamento da Secretaria sobre o assunto.

processo de terceirização iminente. Em outros casos, como o do Hospital do Subúrbio, toda a administração da unidade é feita por parceria com o setor privado. “O atendimento de saúde da rede pública não pode ficar à mercê de fatores como rentabilidade em detrimento da qualidade e da humanização”, diz Ligia Barbosa, diretora do Sindifarma. “Na lógica do setor privado, procedimentos com custos mais elevados deixam de ser ofertados, para que a lucratividade seja maior”, explica.

Outro ponto a ser considerado é a relação entre a rapidez do diagnóstico e a eficiência

A presidente do Sindifarma, Eliane Simões, também buscou o apoio da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB). Em reunião realizada em dezembro, na sede do Sindicato dos Bancários, em Salvador, foi proposta a ampliação do movimento contra as mudanças no modelo de gestão para outras áreas do serviço público, agregando outros sindicatos de trabalhadores. Na ocasião, algumas ações foram propostas e já estão sendo operacionalizadas. Uma delas foi a elaboração de um ofício direcionado à Sesab, solicitando uma nova audiência com o secretário.



Da esquerda para a direita: Silvio Roberto (Sindsaúde), Alice Portugal (deputada - PCdoB), Eliane Simões (Sindifarma), Aladilce Souza (vereadora - PCdoB) e José Caires (Sindmed)

60 Anos da Faculdade de Farmácia da UFBA

Em 2009, a Faculdade de Farmácia da Universidade Federal da Bahia completou 60 anos. No dia 14 de dezembro, a UFBA comemorou a data com uma Sessão Solene, realizada no Museu de Arte Sacra. Na ocasião, também foram celebrados os 194 Anos de Ensino em Farmácia na Bahia e foi lançado o livro “Do Boticário ao Farmacêutico”.

A obra resgata a história do ensino farmacêutico desde 1832 até 1945, período em que o curso era vinculado à Escola de Medicina. “Do Boticário ao Farmacêutico”, de autoria dos professores Mirabeau Levi Alves de Souza, Florentina Santos Diez del Corral e Odulia Leboreiro Negrão, é o primeiro trabalho realizado sobre o assunto.



Autores e estudantes da Escola de Farmácia da UFBA confraternizam no coquetel de aniversário da faculdade e lançamento do livro

Sucesso profissional: uma meta desejada por todos



A elaboração de um bom e eficiente plano de carreira possibilita maiores chances para uma trajetória profissional de sucesso. Para tanto, é necessário traçar metas, perceber qualidades pessoais e defeitos, além de trabalhar com a hipótese de mudanças, principalmente em conjunturas sociais desfavoráveis e situações econômicas incertas do mundo globalizado.

Compreendendo que o farmacêutico recém-graduado almeja por se inserir no mercado de trabalho e o sucesso na carreira, o Sindifarma promoveu um encontro entre o consultor de Recursos Humanos Daniel Magno, estudantes e jovens farmacêuticos. A reunião aconteceu no dia 3 de novembro passado, na Perini Pituba, em Salvador.

O objetivo do evento foi buscar o assessoramento profissional do sócio diretor da empresa Maxxima Gestão de Carreira, para auxiliar os novos colegas em sua fase inicial no mercado. Na ocasião, o consultor Daniel Magno deu importantes dicas e orientações para um bom planejamento de carreira.

Comece agora o planejamento de sua carreira

por Daniel Magno*

E 2010 está começando... e com ele novamente a pergunta: O que realmente fizemos por nossas carreiras em 2009? Pensamos em mudar de emprego, abrir um negócio, conseguir uma melhor posição na empresa. Pensamos em muitas coisas, idealizamos vários projetos, mas não conseguimos implementar nada de concreto. Tínhamos planos de cursar nova faculdade, iniciar um MBA e participar de alguns seminários. Não deu, mas tudo bem... quem sabe agora em 2010?

E 2010 está começando... e com ele mais uma vez aquela sensação estranha de que algo deixou de ser feito, que trabalhamos demais, que ganhamos menos do que devíamos, que nossa paciência vem diminuindo, que a idade está chegando e que sobrevivemos a mais um ano ruim.

E 2010 está começando... você foi às confraternizações de fim de ano, ganhou “lembrancinha” do seu amigo-secreto, fez votos de Feliz Ano Novo para mais de 200 pessoas e deixou a reflexão para outro momento, afinal de contas era hora de festa! Comemorou tudo que passou e encheu a caixa de mensagens dos amigos e colegas de trabalho com um monte de besteiras, verdadeiros clichês ultrapassados e sem qualquer criatividade. Talvez fosse bom ouvir frases mais contundentes, que nos ajudassem a dar os primeiros passos rumo a um objetivo relevante, recheado de ações estratégicas bem planejadas.

E 2010 está começando... e mais uma vez não paramos para fazer um balanço do que agregamos às nossas carreiras. Desperdiçamos tanto tempo em reuniões absolutamente sem sentido, elaboramos relatórios que sequer foram lidos e também lemos um monte de e-mails sem a menor importância. Quanto tempo realmente dedicamos ao planejamento de nossa vida profissional? O que são ações estratégicas bem planejadas? É possível planejar a carreira?

Claro que sim, desde que estejamos comprometidos com os resultados e tenhamos algum tipo de assessoramento profissional, principalmente nas fases iniciais. Um bom plano de carreira possibilita a visualização de alternativas de sucesso e gera ações de mobilização.

Em resumo, fazer um plano de carreira significa buscar um denominador comum entre fazer o que gosta e gostar do que faz, transformar o desejo em meta!

O viés do cooperativismo para o profissional farmacêutico

por Edenia Santos*

Essencialmente, o cooperativismo moderno foi alternativa à exploração da classe trabalhadora em um momento difícil da Inglaterra, em plena revolução industrial, quando a jornada de trabalho era de 16 horas, salários miseráveis e condições subumanas de vida. Em verdade, consequências sociais e econômicas do capitalismo do século XIX.

O sistema cooperativista foi utilizado como forma de dar continuidade à exploração da classe trabalhadora. Através da cooperação, buscava-se satisfazer as necessidades humanas e resolver os problemas comuns. Apesar de ser comum no Brasil em relações de produção agrícola, defende-se que o modelo de organização cooperativa pode ser aplicável a qualquer área. Chega-se a dizer que, onde houver um problema econômico e social, a

cooperação pode ser uma solução. Mais recentemente, temos encontrado no setor de trabalho como a reunião de pessoas para prestar serviços de forma terceirizada.

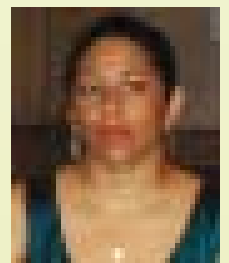
O Brasil, por conta de tantas nuances, como formação da classe trabalhadora, desigualdade social, capitalismo-escravagista etc., tem em suas leis trabalhistas muitos direitos garantidos, e aí alguns conflitos com as cooperativas de trabalhadores. Seriam os problemas dos farmacêuticos de natureza econômica e social que justificassem a formação de uma cooperativa? Abrir mão de direitos para alcançar o quê?

Há os que defendem a cooperativa para “aliviar” os encargos trabalhistas do empregador, aumentando o número de profissionais farmacêuticos “contratados”. O maior mercado de trabalho para o farmacêutico são as farmá-

cias e, na Bahia, 40% está na clandestinidade sanitária e jurídica. Assim, estamos resolvendo o problema de quem? O empregador vai contratar mais farmacêuticos além do responsável técnico para o seu estabelecimento hoje puramente comercial em troca do quê?

O cooperativismo pode nos ajudar, mas não sobre esta ótica. Precisamos sim, formar capital social e econômico para emancipar trabalhadores, tornando-os plenamente profissionais liberais. Isso pode ocorrer através da cooperação de farmacêuticos para abrir seus estabelecimentos farmacêuticos.

*Farmacêutica,
Diretora do Sindifarma





De 16 a 18 de abril de 2010
Estação Embratel em Curitiba
Informações: congress@sobrafo.org.br
www.sobrafo.org.br



Festa dos Farmacêuticos, dia 22 de janeiro de 2010, às 20h, no espaço Unique Eventos, em Salvador.



J O R N A L Notifarma

Impresso Especial

9912224201 DR/BA
SINDIFARMA
CORREIOS

SINDICATO DOS FARMACÊUTICOS DO ESTADO DA BAHIA
Av. Sete de Setembro, 88 - Ed. Barão do Rio Branco
6º andar - Sala 602 - Salvador - Ba - Cep. 40080-001
www.sindifarma.org.br / sindifarma@sindifarma.org.br

IMPRESSO